

Aprovada na 971ª sessão

ALADI/CR/Ata 969
12 de julho de 2007
Horário: 10h15m às 12h35m

ATA DA 969ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do Dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Consideração das atas correspondentes às 966a. e 968a. sessões.
4. Relatório da Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração (ALADI/FRPI/II/Relatório).
5. Programa de Trabalho sobre o ELC para o segundo semestre de 2007.
6. Encontro para a análise dos estudos de consultoria relacionados com o ELC (Acordos de Cooperação BID-ALADI) (Doc. Inf. 844).
7. Convocação e agenda da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros (ALADI/CR/PR 237).
8. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.
9. Assuntos diversos.
 - Representação da Argentina solicita que sejam incorporadas na próxima reunião do Comitê de Representantes as convocações do Conselho Assessor Empresarial e do Conselho Assessor Trabalhista.

Preside:

GONZALO RODRÍGUEZ GIGENA

Assistem: Juan Carlos Olima, Ricardo Hartstein, Guillermo Daniel Raimondi e Marcelo Fabián Lucco (Argentina), Marcelo Janko Álvarez (Bolívia), Regis Percy Arslanian, Ivana Marília Gurgel e Clélio Nivaldo Crippa Filho (Brasil), Oscar Quina Truffa e Hernán Enrique Núñez Montenegro (Chile), Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia), Mirna Martínez Ajuria (Cuba), Perla Carvalho e Ricardo Lozada Caballero (México), Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi e Roberto Pauly (Paraguai), Max de la Fuente Prem, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru), Gonzalo Rodríguez Gigena e Jorge Luis Jure (Uruguai), Franklin Ramón González e Luisa López Moreno (Venezuela), Michel Coquoz (Suíça), John Biehl del Río (OEA), e José Fernando Dora (OMS/OPS).

Secretário-Geral a.i.: Isaac Maidana Quisbert.

Subsecretário: José Rivera Banuet.

PRESIDENTE. Bom dia a todos. Iniciamos a sessão Nº 969, submeto a consideração a Ordem do Dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia

... a Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Gostaria de pedir que fosse anexada na Ordem do Dia como ponto 8, antes de Assuntos diversos, a apresentação do Relatório da Comissão de Orçamento por Programas. Obrigada.

PRESIDENTE. Ótimo, não havendo nenhum inconveniente incorporaríamos o Relatório da Comissão de Orçamento por Programas, como ponto 8 da Ordem do Dia, antes de Assuntos Diversos que passaria a ser o ponto 9.

Submeto a consideração a Ordem do Dia com esta pequena mudança.

Não havendo observações, aprova-se.

Segundo ponto da Ordem do Dia.

2. Assuntos em pauta

... Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, como é habitual e com sua autorização a senhora Sofia Camacho lerá os principais Assuntos em pauta.

SECRETARIA (Sofia Camacho). Bom-dia. Dos documentos que constam em Assuntos em Pauta da presente sessão corresponde destacar uma Nota da Representação da Argentina que informa que por razões de serviços resolveu-se prorrogar a permanência do Ministro Ricardo Hartstein até 2 de janeiro de 2008.

A Delegação do Brasil informa, ainda, que Clelio Nivaldo Crippa foi promovido ao cargo de Primeiro Secretário.

A Representação do Paraguai informa que a senhora María Elena Alvarenga foi designada com o cargo de Segunda-Secretária para cumprir funções nessa Representação.

A Representação da Colômbia comunica que, com a colaboração especial da entidade de certificação digital CERTICÂMARA, entrega o componente de verificação de assinaturas digitais para o certificado de origem digital. Esta Nota foi publicada como documento ALADI/CR/di 2486. Esses são todos os assuntos a serem destacados. Obrigada, Presidente.

“1. Representação Permanente do México. Nota N° 083/07, de 04/07/07.

Comunica que a Embaixadora Perla Carvalho Soto finalizará sua missão a cargo da Representação a partir de 14 de julho do presente ano.

2. Representação Permanente da Argentina junto ao MERCOSUL e à ALADI. Nota N° 89/07, de 06/07/07.

Informa que, por razões de serviço, resolveu-se prorrogar a permanência do Ministro Ricardo Hartstein até 2 de janeiro de 2008.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 111, de 03/07/07.

Informa que o senhor Clelio Nivaldo Crippa Filho foi promovido ao cargo de Primeiro Secretário.

4. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 085/07, de 02/07/07.

Comunica que foi designada a Segunda Secretária María Elena Alvarenga para prestar serviços nessa Representação.

5. Representações Permanentes da Argentina e do Brasil. Notas N° 85/07 e N° 115 respectivamente de 04/07/07.

Notificam a conclusão de suas respectivas formalidades jurídicas necessárias para a aplicação do Trigésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 14.

Foi publicado como ALADI/CR/di 2481.

6. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 117, de 05/07/07.

Comunica que foi promulgado o Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 35.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 1674.1

7. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 119, de 06/07/07.

Envia comentários e solicita esclarecimentos sobre os documentos informais 837: "Plano Piloto COD. Plano de Ação Imediato. Proposta"; 838: "Chamado a expressões de interesse para a

implementação do Plano Piloto sobre Certificados de Origem Digital. Projeto de bases"; 839: "Plano Piloto COD. Composição da Comissão de Avaliação. Proposta de procedimento" e 840: "Relatório do Dr. Carlos E. Delpiazzo".

Foi publicado como ALADI/CR/di

8. Representação Permanente da Colômbia. Nota N° MPC.101, de 02/07/07.

Com a colaboração especial da entidade de Certificação digital Certicámara, entrega o componente de verificação de assinaturas digitais para o certificado de origem digital.

Foi publicado como documento ALADI/CR/di 2486.

9. Convocação e Agenda da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores (ALADI/CR/PR 237).

10. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas /ALADI/CR/di 2482).

11. Acompanhamento das atividades no âmbito da Iniciativa para a Integração de Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), o "Plan Puebla – Panamá" (PPP), a Iniciativa de Transportes do Hemisfério Ocidental (ITHO) e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). I. Iniciativa IIRSA. (ALADI/SEC/di 2086)

12. Apresentação Geral do Projeto de Notificação de Salvaguardas aplicadas no âmbito dos Acordos de Complementação Econômica. (ALADI/SEC/di 2087)

13. Sétimo Curso Breve de Política Comercial para os Países-Membros da ALADI (ALADI/SEC/Memorando 196)."

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria.

Passamos ao ponto 3 da Ordem do Dia.

3. Consideração das atas correspondentes às 966ª e 968ª sessões

...Não havendo observações, aprovam-se.

Quarto ponto da Ordem do Dia.

4. Relatório da Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração

...Na Reunião de Chefes de Representação do dia 4, resolvemos, conforme solicitação da Representação da Venezuela, incluir este ponto na Ordem do Dia desta Sessão. Está a consideração.

A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Bom-dia. Obrigado, Presidente.

Gostaríamos de fazer algumas reflexões que foram assumidas na Ata, deixaremos isto escrito. Gostaria de destacar que este Relatório foi incluído na agenda da Ordem do Dia e também insistir que a nossa Representação distribuiu um documento anexo ao Relatório final desta Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração.

São comentários ao Relatório Final da Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, no qual o nosso país manifestou a necessidade de debater sobre a vigência do Tratado de Montevideu, ratificamos mais uma vez a nossa posição de observar e não abandonar esses princípios fundamentais tais como o pluralismo, a convergência, a flexibilidade, os tratamentos diferenciados que devemos assumir como múltiplo e diverso.

Gostaríamos, ainda, de insistir que tal como manifestado pela nossa Representação na Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, de outubro de 2004, onde assinalamos que mediante os fatos estávamos preocupados no sentido de que a ALADI possa estar influenciada pela dinâmica e os temas da OMC, inclusive estamos pensando que esse documento pode ser insumo para a discussão dos Chanceleres no próximo Conselho de Ministros.

Adicionalmente, algumas reflexões relacionadas com cada um dos temas, concretamente o tema de acesso a mercados, o tema de normas e disciplinas, o tema de salvaguarda, o tema de solução de controvérsias, as medidas sanitárias e fitossanitárias, quanto às normas técnicas e em relação à cooperação e facilitação aduaneira, que deixamos por escrito* e que pudesse estar refletido na Ata. Isso é tudo, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante da Venezuela. Tal como o senhor solicita será feito.

5. Programa de trabalho sobre o ELC para o segundo semestre de 2007

Não havendo mais considerações, passaríamos ao ponto 5 da Ordem do Dia, o programa de trabalho sobre o Espaço de Livre Comércio para o segundo semestre de 2007, ou seja, para o resto do ano.

Na mencionada reunião de dia 4, os Chefes de Representação fizeram comentários sobre o programa apresentado pela Representação do Peru e foi solicitada uma revisão do mesmo, que incorporasse as diferentes observações efetuadas nessa ocasião. Esse documento já foi elaborado e distribuído a todas as Representações.

Tem a palavra a Representação do Peru, se quiser fazer uma breve introdução ao tema.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Muito obrigado, Presidente.

Efetivamente, ontem a Secretaria distribuiu a revisão 1 do programa de trabalho, que inclui as contribuições das Representações da Argentina e do Equador, sobretudo referente às Forças Produtivas na página 8 e 9 do mencionado programa de trabalho e com relação ao tema de Cooperação e Assistência, está na página 3, relativa aos Certificados de Origem Digital.

Essas foram as contribuições que recebeu minha Representação e que foram incluídas na primeira parte do programa de trabalho pelo que estaria pronto para ser submetido à consideração deste Comitê. Muito obrigado, Presidente.

* Anexo à presente está o texto mencionado pelo Representante.

PRESIDENTE. Desculpe, não prestei atenção ao que foi manifestado sobre Certificados de Origem Digital.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). A Representação do Equador solicitou incluir um tema contemplado na página 3, relativo a um programa de cooperação na aplicação dos Certificados de Origem Digital. Esse tema foi analisado no Grupo de Trabalho de Cooperação com o fim de que seja considerado dentro do programa de trabalho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representante do Peru. Temos o programa de trabalho para a consideração das Representações.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Muito obrigada, Presidente e meu agradecimento, novamente, à Representação do Peru pelo seu trabalho de coordenação.

Minha Representação na Reunião de Chefes apresentou uma proposta para que na parte II. do programa, outras atividades de médio e longo prazo, também fossem detalhados os temas que estão dentro da Resoluções do Conselho e que estavam detalhados de forma muito geral.

Distribuirei, pedirei à Secretaria que tem cópia disto, que é simplesmente uma enumeração tal como assinalado pelas Resoluções correspondentes.

Isto é importante porque, embora sejam atividades de médio e longo prazo, são atividades que devem ser submetidas a consideração e nas que devemos avançar paulatinamente, não podemos esperar a que se termine totalmente um trabalho sem antes começar a consideração de outros temas, pelo que e como tinha solicitado a minha Representação, pediríamos que fosse incorporada esta solicitação. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidente. Em relação ao programa de trabalho, gostaria que víssemos a página 7.

Na reunião de Chefes de Representação sugeri um ajuste que não foi incluído neste revisado. A recomendação refere-se ao desenho de um Fundo de redução de assimetrias, e na coluna de atividades, no terceiro parágrafo refere-se ao desenvolvimento de uma consultoria que identifique oferta e modalidade de cooperação e que proponha um desenho de bases para a constituição de fundos. Sugiro que aí se coloque: a constituição do Fundo para a redução das assimetrias. Essa é a única sugestão. Obrigado.

PRESIDENTE. Correto. Isso tinha sido observado na mencionada reunião de Chefes de Representação. Incorpora-se essa modificação.

Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Somente para manifestar que o ponto levantado pela Bolívia é correto, concordamos e com relação ao ponto II. do programa de trabalho sobre as atividades de médio e longo prazo, creio que essa recomendação não é específica para as atividades de médio e longo prazo, é uma recomendação que se aplica a todo o programa de trabalho.

Além disso, creio que deveríamos ser mais específicos e talvez poderíamos se for um programa de atividades de médio e longo prazo, teríamos que fazer referência a prazos, não prazos definidos, mas algum tipo de espaço no tempo.

Eu teria problemas com a proposta do México. Sugeriria, para trabalhar sobre um programa de atividades de médio e longo prazo, que fosse um programa *abrangente*, um programa analisado e mais claro. Solicitaríamos à Secretaria-Geral, com relação ao ponto II., que elaborasse um programa de trabalho sobre temas e atividades específicas para que as Representações deliberassem sobre prioridades e prazos. Creio que a Secretaria-Geral poderia ajudar com isso e fazer um programa de trabalho que seja analisado, estudado e *abrangente*, de médio e longo prazo, poderia dar sugestões sobre prioridades, sugestões de prazos e nós aqui, os Representantes Permanentes, deliberaríamos sobre isso.

Creio que não é o mais conveniente estar aqui discutindo sobre os temas, as prioridades e os prazos, a base de propostas que apresentemos agora, portanto, no quadro do ponto II., essencialmente poria esta frase na que solicitaríamos à Secretaria-Geral a elaboração de uma proposta de programa de trabalho com temas e atividades específicas. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Quanto a este ponto adiro plenamente ao manifestado pela Delegação do Brasil, na reunião anterior tínhamos apresentado na minuta da proposta que tinha enviado a Secretaria, mencionava a palavra prazos e assinalávamos que estávamos em desacordo com estabelecer um sistema *a priori* de prazos sobre temas que têm uma enorme complexidade. A realidade é que muitos desses temas... na última reunião do MERCOSUL o Licenciado Álvarez fez uma reflexão geral sobre os processos de integração e assinalou que era absurdo pretender que onde não podíamos avançar entre quatro ou cinco países, por exemplo a Comunidade Andina de Nações, ou no MERCOSUL, pretendêssemos fazer isso entre 10 ou 12, referindo-se à UNASUL e à ALADI.

Portanto, com franqueza, aqui há uma série de temas nos que no MERCOSUL e na Comunidade Andina não foi possível avançar e não porque não tenham sido abordados os temas, não porque não tenham sido apresentados, mas porque há temas que o tornam complicado, estamos ainda, por exemplo, nesta matéria em compras do setor público, que é uma ferramenta que todos sabemos que se utiliza com múltiplos fins de desenvolvimento, de compensação de assimetrias internas etc. Há temas que não estão nem sequer incorporados, então, com franqueza, quero manifestar o que sempre temos manifestado, não estamos preparados para avançar no curto prazo nesta temática, podemos pedir à Secretaria a elaboração de um programa como expressado e como tinha sido falado na reunião anterior para discuti-lo entre nós, submetê-lo à consideração das nossas capitais e depois ver como podemos avançar.

A enumeração de áreas, como proposto pelo México, na minha opinião, tem o problema de que nem sequer concordamos quais as áreas que deveriam ser mencionadas. Isto é, o México propõe comércio de serviços, propriedade intelectual, conhecimentos tradicionais, investimentos, dupla tributação, integração física e creio que esses são alguns dos temas que devemos completar, e inclusive creio que nisto deveríamos fazer uma priorização, que deveríamos discutir. Creio que há certa maturidade para iniciar uma análise sobre o tema, por exemplo, de proteção de conhecimentos tradicionais, estamos discutindo há bastante tempo em diferentes âmbitos sobre o tema de integração física.

Há lugares ou setores específicos e outros temas onde, quero tomar exemplos, há dupla tributação, nos nossos países geralmente assina-se convênios para evitar a dupla tributação com uma série de países, no caso da Argentina, toda a filosofia dos convênios assinados por dupla tributação estão todos em análise por muitas questões como as estruturas jurídicas para a resolução dos problemas quando propõe-se coisas semelhantes. Creio que no Brasil também todos os Acordos de dupla tributação assinados durante a década de 90 estão sujeitos a uma revisão. Então, com franqueza, esta é a descrição objetiva da realidade, colocar isso aqui é querer avançar mais rápido do que realmente podemos, e isto não é uma atitude nem de obstaculizar, nem de falta de vontade de avanço, é uma atitude pragmática de avançar naqueles campos onde podemos.

Por isso, Presidente, fazendo uma síntese de tudo isto, com todo respeito à Representação do México e com toda consideração pela sua proposta, insisto no que há muito tempo estamos manifestando, que não avancemos mais rápido do que se pode, e deixaria o ponto II., tal qual está redigido na proposta que temos atualmente. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Jorge Luís Jure). Obrigado, Presidente.

Sem prejuízo do manifestado pelas Representações do Brasil e da Argentina, que realmente merece ser estudado e requereria uma discussão aqui no âmbito do Comitê, queremos destacar dois aspectos, em princípio que o fato de que algum desses temas não teve desenvolvimento em outros âmbitos não prejulga o possível desenvolvimento no âmbito da ALADI.

Ou seja, no âmbito da ALADI temos a possibilidade da flexibilidade dentro dos diferentes acordos, isso quer dizer que alguns países avançarão em alguns temas e outros em outros temas, isso deu a possibilidade de avanço à ALADI e isso dará a possibilidade de adiantar entre sócios, que isso justamente diferente ao que há em outros âmbitos de integração sub-regional. Isso como primeiro aspecto.

Como um aspecto muito pontual, gostaríamos de consultar sobre a possibilidade de incluir no programa de trabalho, cujos avanços serão apresentados no Conselho de Ministros, as atividades que estão sendo realizadas e que estão programadas pela ALADI desde o ano 2006 em matéria de financiamento do comércio. Nada mais, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigada, Representação do Uruguai. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Muito obrigada, Presidente. Simplesmente considero que o Representante do Brasil assinala que não poderíamos tratar temas sobre os que alcançamos um acordo.

Gostaria de lembrar aqui que no Conselho de Ministros anterior ficamos de acordo sobre esses temas, estamos falando do médio e longo prazo. Creio que não podemos ignorar esses temas, não é possível realmente ignorá-los, de fato, iniciamos o tratamento desses temas em um grupo dos chamados novos temas.

Creio que este programa de trabalho teria que ser novamente analisado pelo Grupo de Alternos com o Representante Alterno correspondente, agora que é o Uruguai, porque

antes de que a Secretaria faça um programa tem que ser visto novamente pelo Grupo de Alternos para que haja um guia para a Secretaria. Esses temas são muito importantes, o fato de que até o momento não tenhamos avançado não significa que não possamos no futuro continuar avançando, os desenvolvimentos nesses temas continuam no mundo e nos encontrarão sem preparação no Comitê.

Não podemos resignar-nos ao mínimo comum denominador na ALADI e eu insistiria em que isto fosse considerado, visto que são temas da nossa agenda, colocados pelo Conselho de Ministros e que novamente os Alternos dêem uma olhada nisto. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do México. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Somente para lembrar que este projeto de programa de trabalho levou em consideração os resultados da Segunda Reunião de Altos Funcionários, porém, quando se redigiu este capítulo II. de forma ampla geral, contemplávamos efetivamente que havia pontos que não tinham sido considerados e que deveriam ser matéria de análise tal como assinalado pela Representante do México e que estão presentes nas Resoluções, na 59 (XIII) sobretudo.

Nesse sentido, creio que na última reunião tínhamos acordado e não ficou refletido assim na redação distribuída pela Secretaria, que para este ponto II. ficou a recomendação desta forma: Elaboração do programa de trabalho que estabeleça prioridades e eventualmente prazos para o desenvolvimento da agenda do Espaço de Livre Comércio.

Essa foi uma proposta apresentada devido a que a Representação da Argentina considera difícil estabelecer prazos para determinados temas, porém, considero que deveria ser matéria de análise por este Comitê com o fim de priorizar os temas ainda pendentes de serem incluídos no programa de trabalho. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Peru. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). No mesmo sentido que está sendo analisado, gostaria de fazer uma precisão no documento que na análise anterior não fizemos.

Na página 1 nas atividades relativas ao acesso a mercados, uma precisão na atividade número 3, no sentido apenas de uma proposta de ordem, o Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados não se reuniu ainda, por primeira vez e aparece uma solicitação à Secretaria-Geral de estudo, um documento, solicitado pelo Grupo de Trabalho. Creio que devemos fazer uma redação enfocada realmente no estado no ponto do programa, porque ainda o Grupo não se reuniu.

Em segundo lugar, uma precisão proposta pelo Embaixador da Argentina quanto a que na reunião anterior tinha sido solicitado o capítulo II. e que a Representação do Peru agora retifica.

Com relação ao programa de trabalho apresentado pelo México, o ponto análise dos trabalhos feitos sobre os demais temas não foi uma recomendação dos Altos Funcionários, ou seja, foi determinado pelo Comitê incluir, primeiro pelo Grupo de Alternos, e foi assumido pelo Comitê incluir este ponto para dar um balanço do que estava acontecendo com o resto dos temas, portanto, não foi uma recomendação específica dos Altos Funcionários, e eu

também gostaria de refletir em relação ao tempo e à necessidade de concentração que necessitamos para chegar ao Conselho de Ministros trabalhando na linha das recomendações e das prioridades estabelecidas durante a Primeira e Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração. Não creio que esses temas, embora eu coincida totalmente com o México em que estão sendo trabalhados, e eu diria que, com persistência, estão suficientemente refletidos no Programa de Atividades da Associação, necessitam tempo de maturação.

Então, nossa Representação aprovaria a elaboração, pela Secretaria-Geral, talvez agosto seria um prazo recomendável, não sei se em função de todo o trabalho que ainda temos que fazer antes do Conselho de Ministros, deveríamos abrir uma discussão interna com capitais sobre esses temas e a programação desses temas e o trabalho sobre eles neste curto período de tempo ou a prioridade que daremos depois do Conselho de Ministros, porque no entendimento de que consideramos que o Conselho de Ministros balanceará o que temos feito e serão, de todas formas, abrangidos esses temas, incluídos na Resolução 59 (XIII), que não saíram da agenda, que estão em agenda e que continuarão sendo trabalhados depois do Conselho de Ministros.

Quanto a alguns dos temas apresentados aqui, ficou claro na Reunião de Altos Funcionários que não havia, que não existe o consenso nem o amadurecimento para seu tratamento no curto prazo. Se a idéia for analisá-lo ou inclui-lo no médio e longo prazo, creio que há tempo, depois do Conselho de Ministros para programar e para estabelecer as prioridades. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Um esclarecimento com relação à primeira observação sobre o Grupo Acesso a Mercados e a terceira atividade, a preparação dos estudos ou documentos. O cronograma indica agosto-setembro para esse tipo de atividades, para agosto-setembro certamente o Grupo de Trabalho terá se reunido, porque a intenção é começar a reunir o Grupo de Trabalho na próxima semana, quer dizer que em caso de solicitar os estudos que certamente serão solicitados, a data está de acordo com o que está estabelecido aqui, creio.

Um esclarecimento sobre isto? Sim, Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Creio que é adiantado subentender que o Grupo de Trabalho solicitará esses estudos. Obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação de Cuba. A Representação da Colômbia tem a palavra.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Gostaria de referir-me às reflexões que temos feito sobre o segundo ponto deste programa de trabalho provisório e salientar que não podemos desconhecer uma série de temas que temos apresentado e mandados na Resolução 59 (XIII) e que tivemos que procurar, mais do que evitar a forma de manifestar nosso comum interesse em tratar os temas, não deixá-los esquecidos e chamá-los pelo nome que cada um tem.

Creio que estamos em uma discussão que nos faz perder tempo, que nos faz perder o norte no sentido de que na Resolução 59 (XIII) estão no parágrafo 15 de Normas e Disciplinas tal qual como foram mencionados, “comércio de serviços, propriedade intelectual, proteção dos conhecimentos tradicionais, investimentos, dupla tributação e compras do setor público...e integração física”. Ou seja, não estamos neste momento trazendo algo que não foi manifestado, que não foi acordado e tampouco deveríamos

deixar esses temas porque os outros blocos regionais não alcançaram um acordo sobre isso, creio que a ALADI está chamada para liderar processos e que a única forma de liderá-los é tratando os temas, não deixando-os de lado.

Gostaria que melhorássemos a redação do segundo ponto e não sei se a elaboração de programas de trabalho que estabeleçam prazos e propriedades para o desenvolvimento da agenda do ELC, ainda não tratados em profundidade mas trabalhados no grupo de Novos Temas, proponho a idéia, não a redação exata, ainda não expressados nas Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) tratados no Grupo de Novos Temas e ainda não acordados ou por acordar e mencionar os temas, com seu nome próprio. Prefiro mencioná-los a deixá-los abertos. Deixá-los abertos é como esquecer-los e ignorá-los e a minha intenção é que mediante a proposta que estabeleçamos possamos avançar, com nome próprio, porque com os nomes os temas devem ser enfocados sob a estruturação que têm e tratados internacionalmente.

Então, proponho que designemos os temas pelo seu nome, que os especifiquemos ainda quando a redação seja proposta nos termos que eu proponho.

Ainda quando não tomamos decisões, muitos dos temas foram tratados no grupo de Novos Temas, têm já na Secretaria-Geral da ALADI documentos e é um mandato. Obrigada, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Colômbia. A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Franklin Ramón González). Obrigado, Presidente.

Minha intervenção será muito breve, quero insistir, primeiro, nas prioridades, é fundamental se concentrar na próxima reunião do Conselho de Ministros. Creio que devemos priorizar.

Em segundo lugar, queremos deixar claramente estabelecido que qualquer decisão sobre esta matéria, no caso da Representação da Venezuela requer consultas a nossa Chancelaria e organismos venezuelanos que têm a ver com esta matéria.

Em terceiro lugar, no sentido do manifestado pela Representação da Argentina, que para nós neste momento é importante não estabelecer prazos e no caso dos temas, sobretudo de alguns dos que se aludem aqui e que estão refletidos na Resolução 59 (XIII) queremos deixar também em atas que, quando foi aprovada a Resolução 59 (XIII), fizemos algumas observações que têm a ver precisamente com alguns dos temas propostos, pelo menos nesta proposta da Representação do México. Então, queria insistir nas prioridades, o tempo que creio que não é, pelo menos para a nossa Representação, pertinente estabelecê-lo e os temas também deveriam ser levados em conta. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. O Representante Permanente do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Obrigado, Presidente. Não teria nenhum problema em dar, como manifestou a Embaixadora Claudia Turbay, os nomes aos temas. O problema é que devemos ter um programa de trabalho equilibrado e consistente.

Se visse este programa de trabalho tal como está por primeira vez, diria: temos um programa de trabalho já definido, com o qual concordamos, até novembro, até o Conselho

de Ministros e com relação às atividades de médio e longo prazo, com os temas que temos aqui já teremos em novembro o Espaço de Livre Comércio completamente configurado, já pronto, concluído e então a partir de novembro já podemos dedicar-nos a outros temas.

Em outras palavras, o Espaço de Livre Comércio, como está no ponto II., a questão mais especificamente referente às regras básicas que temos de bens, de Acesso a Mercados de Bens, como Salvaguardas, Solução de Controvérsias e Regras de Origem, isso então, imaginamos com esta fórmula daqui que estariam superados esses problemas em novembro e que poderíamos a partir de novembro dedicar-nos a propriedade intelectual, comércio de dupla tributação, investimentos e tudo, o que não for o caso. Acabamos de criar um Grupo de Trabalho sobre Acesso a Mercados, não creio que para novembro já tenhamos definido, configurado e concluído o Espaço de Livre Comércio em acesso a mercado de bens em novembro? Creio que não.

Parece por esta forma que está aqui que acesso a mercado e bens não é prioridade, porque se comércio de propriedade intelectual, dupla tributação são prioridades, então, acesso a mercados não é mais prioridade, será somente até novembro, a partir de novembro já não é mais, esquecemos esta questão basilar, a base de todo nosso trabalho para o Espaço de Livre Comércio. Creio que o Espaço de Livre Comércio é a parte de acesso a mercados, é a parte de bens, essas são nossas prioridades para médio e longo prazo.

Depois de que tenhamos concluído isso, falaremos e daremos os nomes como manifestou a Representação da Colômbia a outros temas. Creio que este programa de trabalho como está no ponto II. é, não sei com é em português, *misleading*, porque dá a sensação à minha gente na capital de que em novembro já teremos o Espaço de Livre Comércio completamente concluído em termos de bens e acesso a mercados, o que não é o caso, tanto assim que terminamos de criar o Grupo de Trabalho em Acesso a Mercados, do qual o senhor é Presidente, duplamente Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Delegação do Brasil. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Não estamos em condições de aprovar este texto tal qual proposto pelo México, sem fazer consultas em Buenos Aires. Esse é o final.

Além do final, tenho outras coisas para dizer, porque sempre fazemos referência à Resolução 59 (XIII) e como acontece com qualquer bom texto internacional, cada um interpreta como quer, mas a realidade é que a Resolução 59 (XIII) é uma unidade, não podemos ler uma parte da Resolução, é todo um conjunto e no conjunto começa a Resolução 59 (XIII) sendo chamado “Bases de um Programa para a Conformação Progressiva de um Espaço de Livre-Comércio na ALADI...” etc, são as bases, nas bases obviamente escreve-se todo o caminho a ser percorrido e depois a realidade, mais as decisões políticas, mais tudo o que acontece é o que vai fixando ordenamentos, prioridades nas bases, como serão desenvolvidas, como serão trabalhadas etc.

Por exemplo, no parágrafo 15 como assinalou a Representação da Colômbia que menciona todos esses temas, mas consta no começo: “As normas e disciplinas a que se refere o parágrafo 8 são: origem, salvaguardas, restrições não-tarifárias, solução de controvérsias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas, regulamentos técnicos e avaliação da conformidade, defesa comercial (direitos *antidumping* e medidas

compensatórias)... e no final de tudo isso está a enumeração feita, mas que consta no parágrafo 8?

Consta: “Para seguir avançando na consecução do objetivo de desenvolver e consolidar o Espaço de Livre-Comércio, deve-se continuar com a atual estratégia negociadora, aprofundando os ALCs já assinados e promovendo as negociações em curso ou as que venham a ser empreendidas para a assinatura de ALCs entre os países que ainda têm acordos de preferências fixas.” Isto é, não tomemos essa Resolução 59 (XIII) de forma parcial para utilizá-la conforme nossa conveniência conjuntural.

Esta Resolução 59 (XIII) foi muito discutida, procuramos pontos de equilíbrio para recolher as vocações, pretensões e necessidades de cada um dos nossos países etc. Quando assinalo que em outros âmbitos não avançamos, não é porque eu queira escatimar o tema à ALADI, descrevo uma realidade, uma realidade prática, se entre quatro não pudemos ficar de acordo sobre determinados temas, é muito mais difícil imaginá-lo, embora tenhamos a máxima boa vontade, que entre doze teremos o mesmo resultado.

Mas finalmente, como sempre estamos tentando trabalhar com um espírito construtivo nesta Associação, quero propor uma alternativa ao sugerido pela Representação do México, talvez isto possa ajudar a sair do tema. Então, o ponto II em lugar de outras atividades, titularíamos: Programa de trabalho de médio e longo prazo da agenda de trabalho do Espaço de Livre Comércio. É um programa de trabalho, não outras atividades.

Na parte de recomendação colocaríamos: análise dos trabalhos realizados nos demais temas e matérias compreendidas nas Resoluções 59, 60 e 61 da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros, temas não priorizados e em atividades poderíamos colocar, por exemplo, elaboração de uma proposta de programa de trabalho para continuar com o tratamento dos denominados novos temas, ou algo parecido, sem mencionar especificamente essa temática, à descrição do México e que a Colômbia considera necessário mencionar.

Se isto fosse aceitável, creio que procuramos evitar entrar hoje em uma série de denominações, que estamos falando da necessidade de fazer um programa de trabalho de médio e longo prazo, estamos falando da necessidade de concluir os demais temas compreendidos nas Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) e o que não estamos fazendo é, para evitar as polêmicas que todos já visualizamos, a enumeração da última parte do parágrafo 15 que remete ao parágrafo 8 e este ao parágrafo primeiro. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, para nossa Representação é muito importante destacar alguns princípios com os quais temos enfrentado o processo de integração, pelo que quando os processos de acesso a mercados se desorganizam pelos seus próprios cronogramas, começamos a enfrentar os problemas mais sensíveis. Isso é um lugar comum, começam a surgir as controvérsias, as barreiras para-tarifárias, todos temos setores frágeis às vezes em um mecanismo de concorrência, que sabemos que não é tão perfeita.

Nesse cenário, temos interesse em tratar todos os temas, não apenas os temas contemplados nas Resoluções já acordadas, mas também os que possamos definir no futuro, nisso somos absolutamente abertos e receptivos, mas também entendemos, com

muita clareza, que os temas para os diferentes países têm sensibilidades diferentes. Nesse sentido, compreendemos perfeitamente o salientado pelo Embaixador do Brasil, de que há temas que complicam e nisso nossa Representação sempre será aberta e tolerante a que as coisas sejam tratadas, como foi assinalado, quando alcancem os níveis de maturidade necessária.

Pode-se começar a trabalhar. Há temas sensíveis, creio que os pequenos foros dentro dos Grupos de Trabalho são um espaço onde é possível perfilar, inclusive elaborar e reelaborar conforme as instruções das nossas capitais, algum grau de priorização em algumas matérias. Entendemos perfeitamente que não serão abrangidas todas, se pretendemos ser abrangentes o melhor mecanismo para trancar o processo de integração, avancemos no que possamos e por isso recolhemos com grande satisfação o que propõe o Embaixador Olima na saída que sugeriram e ter um programa de trabalho equilibrado e consistente como assinalou o Embaixador do Brasil entre nós significa que podem estar os temas, mas trabalharemos nos que houver um mínimo consenso.

Não por isto, e quero insistir, não estamos dispostos a que nada signifique um risco de retrazar o processo de integração em que estamos imersos, por isso damos um profundo valor aos trabalhos que se façam em acesso aos mercados e também aí há problemas, muito sensíveis, já podemos imaginar as dificuldades que teremos aí, pelo que nesse aspecto, gostaríamos que fixássemos prazos, que os deixássemos abertos, as situações mudam ao longo do tempo, talvez nos próximos Conselhos de Ministros haverá outras condições objetivas que permitam tratar situações como atualmente não podemos tratar.

Para o Chile sempre tem sido solução de controvérsias nesta etapa uma prioridade, um problema da maior importância. Também temos interesse no tema de investimentos e serviços como temos conversado com alguns países, mas há temas como propriedade intelectual ou outros que comecem a criar dificuldades, não façamos da integração um ato de fé, esperemos, temos avançado muito, creio que o Embaixador Olima em mais de uma ocasião lembrou o que há alguns anos era a integração regional, não apenas em matéria de desgravação tarifária, mas de integração física, que era realmente surpreendente.

Com isto quero manifestar que adiro à proposta da Argentina, que de alguma forma contempla o assinalado pela Delegação do Brasil, dando importância aos Grupos de Trabalho, para que nessas matérias se desenvolvam prioridades e, finalmente, queremos manifestar que estamos disponíveis e abertos a aprofundar nos temas nos que houver consenso suficiente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. A Representação da Bolívia tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidente.

A Representação da Bolívia também gostaria de manifestar que encontramos dificuldades para acompanhar os termos da proposta do México, devido a que alguns dos temas enumerados não estão nas prioridades do Governo da Bolívia neste momento e, portanto, não estaria em condições de determinar prazos como consta na proposta e sob esse critério, talvez poderia ser acompanhada uma proposta como a sugerida pelo Representante da Argentina, com alguns pontos a serem complementados mas sob esses termos a Bolívia poderia aderir. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente.

O Embaixador apresentou em parte nossa posição sobre o tema que recentemente estava sendo discutido. Simplesmente gostaria de fazer alguns comentários sobre outros temas do plano de trabalho, visto que também outras Representações têm avançado em alguns comentários.

No capítulo referente a Normas e Disciplinas o tema de regime de origem, cremos que o primeiro a fazer é um trabalho, que metodologicamente há como consenso de que deveria ser no Grupo de Trabalho, que seria definir qual o alcance da atualização à que se refere essa atividade. Além disso, primeiro também os países deveríamos analisar mais detalhadamente quais aspectos da Resolução 252 se quer modificar, para submeter à consideração já mais ampliada dos países.

Na semana passada o Presidente do Comitê fez um comentário sobre esta observação, com o que estamos totalmente de acordo, pelo que diríamos à Representação do Peru que tem sistematizado as observações dos países e se houver um acordo, sugeriríamos neste momento prévio à primeira atividade que está a elaboração da Secretaria de uma proposta, que incorporamos uma atividade já diretamente ao Grupo de Trabalho onde possamos avançar nesse sentido.

Isto é, que os países possamos ter um espaço de discussão sobre o alcance da atualização, está se falando da Resolução 252 em que poderíamos ter uma discussão prévia para levar a essa reunião quais aspectos, que pensamos do alcance dessas modificações e com esses insumos, então, a Secretaria poderia elaborar uma proposta como sugerido na primeira atividade.

Gostaríamos de fazer essa mesma observação sobre o ponto referido a salvaguardas, onde consta a atualização da Resolução 70, isto é, estaríamos voltados a incorporar antes da elaboração do documento que for desenhado pela Secretaria que o Grupo de Trabalho realmente faça um esforço de discussão com algumas considerações sobre as atualizações das que se estaria falando.

Queríamos também aproveitar para sugerir, para sermos mais eficientes aqui, inclusive na organização das atividades que no item referido ao apoio dos PMDERs sobre a primeira recomendação que sugeriríamos concentrar as três atividades no sentido de ter uma primeira atividade que esteja dirigida, no Grupo de Trabalho se reúna a fim de preparar e analisar uma minuta do Plano de Ação que inclua a priorização temática e a identificação das atividades, porque finalmente já estão aprovados os delineamentos para o Plano de Ação. É evitar uma duplicação de tarefas porque com base nos delineamentos do Plano de Ação estaríamos em capacidade os PMDERs e as demais Representações de trabalhar já na priorização temática e na definição de atividades mas pensando na minuta do Plano de Ação.

Então, sugerimos uma concentração dessas três atividades em uma que simplifique os afazeres do Grupo de Trabalho, e que no Grupo se estabeleça a dinâmica de como trabalhar a preparação e a análise dessa minuta, é outra sugestão de concentração. Isso não evita que os países de menor desenvolvimento econômico relativo se reúnam previamente e possam levar ao Grupo, o que seria mais direto além da nossa aspiração de todos trabalharmos para elaborar o Plano de Ação dos PMDERs. Por enquanto é isso, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Outra precisão na página 6, em relação à cooperação e facilitação aduaneira, consta em novembro a realização do Conselho Assessor para Assuntos Aduaneiros, creio que tínhamos acordado que a data fosse na primeira quinzena de setembro, é o que está em consulta nas capitais. Obrigada.

PRESIDENTE. É correto o que manifesta Cuba, encaminhou-se uma nota verbal às Representações para consultar as Capitais estabelecendo, creio, como datas possíveis 6 e 7 de setembro.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Apenas para esclarecer sobre esse tema, é uma proposta mas a outra ainda continua vigente, algumas Representações se manifestaram para que a reunião se realizasse acompanhando a reunião de Aduanas para a semana de novembro.

No caso concreto do Peru, Aduanas contestou que apóia que essa reunião se realize em novembro e não em setembro, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Creio que estamos um pouco desordenados, porque estamos saltando de tema em tema e assim é muito difícil seguir o debate e a evolução do tratamento.

Tomo esta última reflexão da Representação de Cuba que compartilho, tomo o que manifesta a Representação do Peru e é uma complicação porque estamos propondo duas datas diferentes. Não sei, a Representação do Peru propôs novembro mas não creio que aqui tenha se aprovado em novembro, pelo que não tem que permanecer no documento que seja novembro quando gostaria de saber que novidades têm as Representações, Argentina consultou a data que propusemos no último Comitê que é 6 e 7 de setembro. Gostaria de que fizéssemos uma pequena avaliação disto Presidente antes de continuar e depois continuamos tratando o tema para não aumentar a confusão.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. A Representação do México tem a palavra.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Obrigada, Presidente. Minha Representação está de acordo com o Peru no sentido de que a reunião seja realizada quando estejam aqui os Diretores de Aduanas, pelo que consideramos mais correto, consultamos, e é o que manifestaram nossas autoridades.

Por outro lado, simplesmente um comentário, creio que vemos nesta reunião que é necessária uma última análise deste programa de trabalho pelos Alternos, obrigada.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, solicitaria que o senhor consultasse se além do Peru e do México outros países estão trabalhando na data de novembro ou setembro, para saber qual a decisão majoritária.

PRESIDENTE. Temos até este momento México e Peru que têm trabalhado na data de novembro aparentemente e a Representação da Argentina, por exemplo, que pediu

consultar a data de setembro. Gostaria de saber das demais Representações qual a situação com relação à realização da Segunda Reunião do Conselho Assessor.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Sim, no caso da minha Representação, Presidente, inclusive, fomos ao país que propôs inicialmente realizá-lo no âmbito do COMALEP.

Estamos nestes momento consultando a data de setembro, para meu país é mais objetivo vir em novembro, ou seja, no âmbito dessas reuniões do COMALEP, por temas práticos elementares. Não obstante, a partir do último Comitê e da análise feita nós estamos consultando a data setembro, obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação de Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Scappini Ricciardi). No mesmo sentido que a Representação de Cuba, segundo referências das autoridades aduaneiras nacionais, existe preferência em que esta reunião seja realizada não no âmbito da COMALEP, mas aproveitar a inércia própria desse evento que já está programado. De todas formas, temos uma data recente proposta por nota da Secretaria-Geral, refere-se a setembro e esta nova proposta está também sob consulta na Aduana paraguaia.

PRESIDENTE. Obrigado Paraguai, Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López). Sim, Presidente. A Representação da Venezuela depois do último Comitê está fazendo a consulta sobre a data de setembro.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Presidente, conhecendo a nossa Chancelaria, evidentemente para nossas autoridades seria melhor otimizar uma viagem que abrangesse os dois aspectos para melhor aproveitamento dos recursos financeiros e tempo de nossos funcionários.

Portanto, não temos problemas em que seja setembro ou novembro, mas há um acordo em novembro para uma reunião que é a da COMALEP e viriam os mesmos funcionários que estamos convidando para a reunião do Conselho Assessor, é o ponto que quero deixar claro.

Em virtude disso e porque a COMALEP terá lugar em novembro, a Colômbia também apóia a decisão de manter a data de novembro, se a COMALEP fosse em setembro também apoiaríamos a reunião nessa data, obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Obrigado, Presidente. Estamos em consulta tanto de setembro como da data que coincida com a COMALEP.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (Ivana Marília Gurgel). Obrigada no mesmo sentido, estamos consultando as datas e não temos ainda uma definição.

PRESIDENTE. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Também estamos consultando as duas datas.

PRESIDENTE. A Representação tem a palavra.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado. Estamos consultando as datas sugeridas, fala-se de novembro ou setembro, mas não temos ainda resposta sobre as consultas, quando tenhamos a resposta, comunicaremos imediatamente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Está claro que não temos ainda uma definição, portanto, como ainda não tinha consultado sobre novembro porque tinha entendido que setembro era o que tínhamos conseguido, estenderei a consulta a novembro também. Proponho, Presidente, que deixemos esse tema sem resolver até a próxima sessão do Comitê que teremos um maior quadro de situação do que preferem as autoridades nacionais.

PRESIDENTE. Propria, em todo caso, tirar a data de novembro da parte que consta no cronograma, até que não tenhamos uma resolução definitiva.

Creio que é apropriado manifestar que há duas situações diferentes. Uma é as atividades de curto prazo da agenda do Espaço de Livre Comércio que com algumas pequenas modificações parece haver consenso que passou para a consideração dos Grupos de Trabalho, creio que está o suficientemente avançada a discussão para uma passagem desse tipo, na qual seriam levadas em consideração as pequenas observações feitas ao que está estabelecido no documento.

Com relação ao programa de trabalho de médio prazo a situação é que parece que há várias Representações de acordo com a proposta da Representação Argentina e que foi recentemente distribuída como ponto II. Programa de trabalho a médio e longo prazo da agenda do Espaço de Livre Comércio, onde consta uma recomendação e em atividades: elaboração de uma proposta de programa de trabalho pela Secretaria-Geral a fim de continuar a análise dos denominados Novos Temas e consideração pelo Comitê de Representantes de tal proposta a ser realizada em julho e agosto, isto seria o que neste momento está para a consideração das Representações. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Muito obrigada, Presidente. Simplesmente pediria outra sessão para ver isto. Creio que deve considerar-se de forma integral. O ponto I. e o ponto II devem considerar-se de forma integral.

Esse é um programa de trabalho integral, pediria que não fosse separada a parte I da parte II e que isto seja revisado novamente em um Grupo de Alternos e trazê-lo para sua aprovação na seguinte sessão. Obrigada.

PRESIDENTE. Não, esclareço à Representação do México que eu não pretendia separar o I. do II. em termos temporais, mas parecia haver suficiente avanço no ponto I. e que agora fosse submetida para consideração a proposta que estava fazendo Argentina. Isso era o que eu estava dizendo, mas tudo junto.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Creio que aqui não se trabalhou suficiente nisto para ter um resultado neste momento, por isso, dizia que considerava que tudo deveria ir novamente ao Grupo de Alternos, há coisas soltas demais e creio que nos sentiríamos muito cômodos, pediria que assim fosse, obrigada.

PRESIDENTE. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Se a Representação do México necessitar que isso vá a uma nova reunião de Alternos, não temos inconveniente, de todas formas, ainda para essa Reunião de Alternos temos que ir com um texto.

Há duas variáveis para ir com um texto, ou vamos com o texto que tínhamos antes da proposta do México, que saiu do Grupo de Especialistas ou vamos com o texto que acabamos de propor como solução transacional.

Se a Representação do México necessitar continuar debatendo este tema não vemos inconveniente exceto o tema do prazo, de tempo que complica e, em todo caso, continuemos debatendo além desse texto.

Além dos pequenos ajustes de redação, há um programa de trabalho elaborado e já os prazos estão sendo cumpridos. Então, não vejo dificuldade para que o Grupo de Acesso a Mercados, por exemplo, desenvolva os temas que estão aqui, como o Grupo de Origem ou de Salva-guarda e à margem disso como estamos elaborando um programa de trabalho que tem *deadline* inicial que é o Conselho de Ministros, isto pode ser desenvolvido e façamos todos os ajustes necessários. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. A Delegação do Brasil tem a palavra.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Realmente tampouco vejo a razão de encaminhar isso aos Alternos, os Chefes já discutiram.

Com relação à fórmula apresentada aqui, creio que temos que ser consistentes com isso, proponho novamente que se peça à Secretaria-Geral, como está aqui: elaboração de uma proposta de programa de trabalho pela Secretaria-Geral sobre temas e atividades específicas, no final a coluna de atividades se refere a isso, ou seja, temos que pedir à Secretaria-Geral que identifique, que nos diga quais os temas mais prioritários para o programa de médio e longo prazo.

Não estou de acordo com que nossas prioridades de médio e longo prazo sejam os novos temas, de nenhuma forma, digo novamente isso, que a Secretaria-Geral nos submeta a um programa de trabalho com os temas prioritários e com as atividades de médio e longo prazo e façamos aqui uma discussão entre nós e cheguemos a uma conclusão.

Sugiro novamente que se deixe isso de forma geral quanto a temas e atividades de médio e longo prazo, que a Secretaria-Geral apresente uma proposta nesse sentido, não estaria de acordo em deixar os novos temas porque não creio que nessa etapa do nosso trabalho para a construção do Espaço de Livre Comércio os novos temas sejam os únicos temas ou o único tema e a única prioridade que temos de médio e longo prazo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, peço à Delegação do Brasil se pode fazer uma proposta concreta.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Debaixo de atividades, eu diria: solicitasse que a Secretaria-Geral elabore um programa de trabalho sobre temas e atividades específicas de médio e longo prazo para a deliberação das Representações, ou para discussão das Representações, algo assim, melhor deixá-lo de forma geral, Presidente.

Com base em um documento, em um estudo equilibrado e consistente que apresente a Secretaria-Geral, teremos um quadro mais claro para saber quais as prioridades e quais os tempos que mais interessam para nossos trabalhos. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Nessa mesma proposta vemos e o repetimos nas anteriores intervenções que na Reunião de Chefes, Argentina fez uma proposta para a recomendação disto que agora se propõe como programa de trabalho de médio e longo prazo e que a Representação do Peru acolheu e não vejo refletida nessa forma, mas se mantém a mesma redação.

Solicitaria que fosse tomada aquela redação proposta pela Argentina, que um pouco matiza o tema dos prazos neste programa de trabalho de médio e longo prazo.

Em relação à análise no Grupo de Alternos, minha Representação não tem problemas em analisar este programa no Grupo de Alternos e nos Grupos de Trabalho consideraria necessário que o Comitê aprovasse este programa de trabalho da Associação para iniciar seu desenvolvimento, não começar a trabalhar indistintamente sem ter aprovado um documento que é base de trabalho e de mandado do Comitê de Representantes em seu conjunto.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. A Representação do Chile tem a palavra.

Representação do CHILE (Oscar Quina Truffa). Obrigado, Presidente. Vou me referir ao programa de trabalho de médio e longo prazo, já fiz, desculpem que me refira à primeira parte do documento, à parte I.

Tive a sensação de que o senhor estava dando como caso encerrado e no que se refere a Certificação de Origem Digital, o Grupo de Trabalho tem em desenvolvimento um plano de ação imediato que está resumido no Doc. Inf. 837, que estabelece a rota e, de fato, na reunião do Grupo de Trabalho de ontem foram sugeridas algumas correções a esse próprio plano de ação imediato, com o qual estamos trabalhando, então, meu temor é que tudo o assinalado na página 3 a esse respeito, talvez, não esteja em consonância com o plano de ação imediato do documento mencionado, que certamente o mais provável é que hoje seja emitido um revisado desse documento porque o processo no qual estamos envolvidos é dinâmico.

Então, antes de propor aqui atividades tão específicas e taxativas, preferiria, como Coordenador do Grupo, que se centrasse na Atividade de certificação digital o Doc. Inf. 837 e os revisados correspondentes no caso que se desenvolva, para que não haja desordem nas nossas próprias atividades. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Chile. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Muito obrigada, Presidente. Com todo respeito a outras posições manifestadas, não creio que seja a Secretaria que tenha que dizer quais os temas prioritários da nossa agenda, nem dos novos temas, nem dos temas não novos. Esses temas aqui propostos não são os únicos temas, são os que nos deram os Ministros, esse é um comentário.

Independentemente de como o vejamos aqui, este programa necessita um ajuste pelos nossos Alternos, que sabem do tema. Creio que os Grupos de Trabalho podem continuar trabalhando normalmente, não creio que haja nenhum problema, mas não estou de acordo com que a Secretaria estabeleça a prioridade dos nossos temas. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigada. A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Talvez analisá-lo no Grupo de Alternos seja uma variante válida para ajustar o programa, o que não vejo é a importância ou o peso do programa de trabalho se vamos continuar discutindo o tema e já está sendo trabalhado, ou seja, executado o programa de trabalho. Não sei se nos estamos referindo ao programa de curto prazo que vemos que há consenso geral, que está mais ou menos acordado e estamos falando de aprofundar no médio e longo prazo, mas entra em jogo executar um programa que não está aprovado pelo Comitê de Representantes, obrigada.

PRESIDENTE. Compartilho a preocupação de Cuba porque no caso particular do Grupo de Trabalho que coordeno, o Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados, ainda não se reuniu e especificamente sua atividade sairá desse programa de trabalho.

É diferente o caso de outros Grupos de Trabalho que têm seu calendário já estabelecido e que está no Programa de Atividades da Associação deste ano, então, podem continuar se reunindo e avançando na consideração de temas que têm a ver com este programa de trabalho, mas é diferente o caso de acesso a mercados, no qual ainda não foi definido o que seria precisamente indicado por este programa de trabalho.

A Representação da Venezuela tem a palavra.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Obrigada, Presidente. Já tínhamos manifestado em sessões do Comitê anteriores a importância de que houvesse uma decisão do Comitê sobre a rota a seguir.

Quando perguntamos se o relatório seria aprovado pelo Comitê, manifestou-se que a aprovação das recomendações do Relatório se concretizariam depois de que o Comitê aprovasse o plano de trabalho. Creio que faz parte da metodologia na que avançamos e que guia os consensos gerados no Comitê.

Igualmente estamos de acordo com as Representações que manifestaram que o Grupo de Alternos pode terminar, aqui fez-se várias observações, de fazer uma versão suficientemente aprimorada de algumas observações de várias Representações sobre vários pontos.

Então, também estaríamos sem ânimo de retrazar, mas convocar o suficientemente rápido a fim de contribuir para ter uma versão mas aprimorada do plano de trabalho e depois agir em consequência no Comitê. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Várias Representações consideram a necessidade de uma instância prévia antes da aprovação definitiva. Mencionou-se a Reunião de Alternos, estamos a 4 meses e 4 dias do Conselho de Ministros, o qual deveria preocupar-nos e não apenas preocupar, mas deveria chamar o nosso sentido de eficiência no uso do tempo e se vamos postergar uma decisão de hoje, devemos fazê-lo tomando decisões de reuniões com a suficiente presteza para levar adiante esse compromisso que temos.

Eu consultaria as Representações em geral se estão de acordo com uma reunião de Alternos para um último aprimoramento desse programa de trabalho. A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini). Na mesma linha de franqueza de algumas Representações, tenho a impressão de que os temas pendentes não são temas técnicos, são mais políticos, temas a serem tratados pelos Chefes de Representação, muitas referiram-se às diferentes sensibilidades dos diferentes temas, porém, sem desmerecer a capacidade dos Alternos, creio que os temas aqui apresentados devem ficar nesse âmbito, no âmbito dos Chefes de Representação, portanto, o fato de que fique neste âmbito poderia fazer ganhar suficiente tempo devido à necessidade de aprovar este programa quanto antes.

Portanto, sugiro que pensemos somente na possibilidade de realizar uma sessão de Comitê na semana próxima, uma sessão prolongada, tivemos esta experiência quando trabalhamos na Resolução 59 (XIII), tivemos sessões compridas, mas creio que isso requer que o tema fique no Comitê de Representantes. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Paraguai. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Presidente, tenho a mesma angústia que o senhor manifesta e que tem a maioria com vistas aos prazos, aos tempos.

Para ser franco, consideramos que já devemos começar com o desenvolvimento do programa de trabalho, que tiremos 7, 8 ou 9 palavras ou 23 linhas não modifica o trabalho que devemos fazer até novembro. Se quisermos mandar isto para ter um papel mais ordenado em que constem três coisas mais, enviemos a uma reunião de Alternos que podemos elaborar esta mesma tarde, há meses estamos discutindo isto, diria há anos, e está claro quais as limitações que cada um tem, então, os Alternos não são mágicos para resolver os problemas de indefinições políticas que temos aqui, quando alguém se nega a que se avance sobre um tema, não é capricho é porque tem instruções de não avançar e tem porque os temas estão vinculados a uma série de decisões políticas.

Então, não dizer a realidade, não dizer as coisas como realmente são dispersa o trabalho, creio que devemos praticar, máxime neste ambiente a diplomacia da franqueza, o que é a franqueza? Não posso avançar nesse tema. Por que? Porque por exemplo, em matéria de garantia de investimentos ou no tema de dupla tributação tenho todos os tratados assinados nos últimos 15 anos em revisão e é assim, então, sei que não estou em condições de avançar e digo com nitidez, digo com clareza.

Então, para que continuar perdendo o tempo dessa forma? Não tenho inconveniente em que vamos à reunião de Alternos, reflito isso, se vemos esse papel há tarefas que foram apresentadas, criação do Grupo de Trabalho do Comitê para Acesso a Mercados, em junho, já está feito. Daremos uma redação diferente? Análise pelo Grupo de Trabalho dos estudos dos consultores, já está convocada a reunião, isto está sendo desenvolvido, não

faz sentido uma discussão de um programa de trabalho para pôr 4 frases, o que faz sentido na discussão levantada pelo México, que considero razoável, porque estamos falando de uma discussão de fundo, de um projeto a ser desenvolvido em etapas, mas quanto ao resto, isto é, pergunto, por exemplo, minha Representação sugere a página 3, onde consta emissão do COD e adoção da decisão pelos Conselho de Ministros, estamos falando de certificado de origem digital, assinalam-me: não, aí não é a emissão do COD, mas uma emissão de prova do COD, então, ponhamos emissão de prova, mas pergunto, modifica realmente o trabalho que ponhamos emissão de prova ou não ponhamos?

Síntese disto, Presidente, nós nos avimos ao que a maioria quiser, mas compartilhamos a urgência do senhor, porque creio que essa é a urgência de todos e se for decidido passar isto ao grupo de Alternos, que se reúna esta mesma tarde. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente.

No mesmo sentido para compartilhar com o senhor, o problema do tempo e de cumprir todos os objetivos propostos até novembro.

O esforço para elaborar este projeto de programa de trabalho levando em conta as contribuições recebidas dos Altos Funcionários, creio que trata-se de um caminho que devemos percorrer e creio que todos coincidimos em que é o que está refletido, que emanou por consenso dessas reuniões.

Considero que obviamente o segundo capítulo merece uma atenção especial pelo Comitê, creio que é um tema que deveria ser discutido, que deveria ser tratado e chegar a um acordo que deveria emanar desta casa e, em segundo lugar, creio que em relação ao primeiro capítulo deveria passar diretamente aos Grupos de Trabalho. Não deveríamos perder mais tempo, creio que são os mesmos Grupos de Trabalho que definirão e corrigirão os prazos que foram recomendados como por exemplo, o que manifestou a Representação do Chile, eles já estão trabalhando em outro programa de trabalho, de atividades, grupo de certificação aplicará qual o programa de trabalho correto e creio que os diferentes Grupos de Trabalho deverão fazer o mesmo exercício e assim creio que podemos avançar e não perder tempo sem descuidar a prioridade que também devemos dar na elaboração do programa de trabalho de médio e longo prazo.

Também quanto ao programa de trabalho de médio e longo prazo deveria emanar do Comitê uma decisão, uma proposta que deveremos aproveitar a ocasião de apresentar no âmbito do Décimo Quarto Conselho de Ministros, portanto, considero que no âmbito de Chefes de Representação ou no mesmo Comitê esse tema deveria ser tratado com a prioridade do caso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Luisa López Moreno). Presidente, igualmente temos e manifestamos interesse em dedicar tempo para a preparação do Conselho de Ministros, mas gostaríamos que a Presidência esclarecesse, pelo menos à Representação da Venezuela, qual a forma de proceder, até agora quando o Comitê apresenta algumas propostas, nós o assumimos, depois quando chegamos aqui, por exemplo hoje outra vez tenho a dúvida.

Esse plano de trabalho será aprovado pelo Comitê ou não, como age o Comitê, como agimos as Representações, na semana passada, sobre o seminário algumas Representações manifestaram que seria bom e sadio levar o tema do seminário ao Grupo de Trabalho, mas a Secretaria já distribuiu uma proposta, aqui está um item referido ao projeto de notificação de medidas de salvaguardas, aprovação pelo Comitê, isto não foi aprovado mas recebemos a proposta do projeto, isto é, continuamos, entendemos que todos estamos com pressa, queremos que as coisas saiam bem, queremos perguntar se esse plano de trabalho será aprovado pelo Comitê ou não.

Em função disso, vemos a urgência ou a necessidade de que algumas sugestões feitas aqui fiquem plasmadas, se todos aceitamos, se não as aceitamos, fez-se sugestões e continuamos com essa versão. Estou de acordo com o Embaixador Olima em que há coisas que fundamentalmente não mudam, mas é uma decisão que isto seja aprovado pelo Comitê, seria bom ter a versão definitiva das observações de algumas Representações e o que estiver ao nível onde estiverem comprometidas propostas como o segundo capítulo, levaremos uma proposta mais ou menos de consenso, porque para nós no segundo capítulo aceitaríamos uma proposta como a da Delegação do Brasil, por exemplo. Mas temos também o interesse de avançar, os Grupos de Trabalho têm uma dinâmica em muitas de suas atividades, não contradiz as que vinham com as que estão aqui, mas queremos saber se isto será aprovado pelo Comitê ou não, e onde começamos ou onde continuamos, é a pergunta.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Tentando ver se podemos encerrar esses temas, creio que diante das dúvidas apresentadas pela Representação da Venezuela, vou sugerir um procedimento, vejamos se parece aceitável.

Creio que há um tema de fundo a ser discutido que é o que propõe a Representação do México e isso necessita ser discutido, se for necessário discuti-lo será discutido uma, duas, três vezes, quantas forem necessárias, e creio que há problemas, e quando digo problemas são temas de discussão política de fundo. Isso é um tema, a primeira parte do programa de trabalho estamos todos de acordo na forma de executá-la, e quando falamos de derivá-lo aos Grupos de Trabalho, lembro que os Grupos de Trabalho são funcionários das nossas Representações, em consequência seguem nossas instruções, e todas as observações que cada um necessite fazer, serão feitas.

Senhores, avancemos, porque temos pouco tempo. Demos, por exemplo, por aprovado em termos gerais a primeira parte do trabalho para que os Grupos de Trabalho possam avançar e se for necessário discutir o tema do segundo ponto como parece que é necessário, façamos uma sessão do Comitê na próxima semana para discutir, especificamente, a segunda parte do programa de trabalho, porque estamos falando de um programa de trabalho, não estamos falando de definições.

Então, o programa de trabalho necessita uma definição final em função do Conselho de Ministros, esse é o nosso *deadline*, mas além disso, há questões que foram priorizadas porque, lembro qual a origem das reuniões de Altos Funcionários, como entre nós não ficávamos de acordo sobre a priorização de temas, dissemos, isto necessita definições políticas de mais alto nível, convoquemos uma reunião de Altos Funcionários, devido a isso, realizou-se a reunião de Altos Funcionários. Essa reunião de Altos Funcionários definiu prioridades e definiu urgências e temas importantes, que estão na agenda mas que não estamos preparados para tratar.

Houve uma segunda reunião de Altos Funcionários, que ratificou as prioridades e urgências, sistemas etc, então, pergunto-me o que estamos hoje discutindo aqui, se temos prioridades, se temos um primeiro programa de trabalho mais ou menos delineado que passará aos Grupos de Trabalho, insisto que considero, Presidente, que estamos perdendo o tempo em formalidades. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Obrigada, Presidente. Estou de acordo em que deve-se retrazar os trabalhos do Conselho de Ministros, não estaria de acordo em que separássemos a aprovação do programa, uma parte da outra. Creio que isso é uma regra geral, enquanto não estiver tudo aprovado, não está nada aprovado, é uma regra geral de negociação. Em todos os foros há situações como a que estamos vivendo agora e a prática é negociar a forma de que todos sejam mais ou menos refletidos na redação de um programa. É nosso programa de trabalho, é importante, aparentemente e metodologia seria aprovar o programa de trabalho, não entendo por que estamos retrazando que o vejam, como manifesta o Embaixador Olima, esta tarde se quiserem os Alternos, que serve para fazer isso, a negociação sempre é feita pelos subalternos, quando chega-se à assinatura de algo eles vão negociar, bem como nós vamos negociar o que aprovarão os nossos Ministros, os Alternos negociarão o que vamos aprovar aqui e que não se pode fazer em uma sessão aberta com a suficiente comodidade.

Peço, Presidente, que não retrase mais decidir que isto seja apresentado aos Alternos, aperfeiçoem este programa e que o aprovemos em um texto limpo como deve ser, porque recebemos isso ontem à noite, com incorporações que não foram discutidas, todas elas refletem a posição de muitos grupos, mas peço, Presidente, que não retrase mais isto, que podem ver facilmente nossos Alternos, e vir aqui a um Comitê, se o senhor quiser na segunda-feira e aprovamos na segunda-feira, mas por favor, estamos prolongando desnecessariamente isto e creio que se há forma de ficar de acordo, como sempre fizemos e que essas são as técnicas que devemos utilizar. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Simplesmente para manifestar que no caso da Representação Argentina não estamos de acordo em que o capítulo II. seja encaminhado ao grupo de Alternos, nós queremos discutir esse tema.

Os temas específicos de correção, de procedimentos etc, do capítulo I. que sejam vistos pelos Alternos, mas o tema II., o tema da ALADI a médio e longo prazo para a constituição do Espaço de Livre Comércio queremos discuti-lo aqui e nós, Presidente, como temos feito. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Estou totalmente de acordo com a Argentina, esses são temas muito importantes, é o nosso programa de trabalho, como manifestou a Representação do México, é a base do nosso trabalho e creio que deve ser discutido aqui entre nós e sugiro que seja discutido em uma reunião do Comitê que o senhor convocar em 10 dias, não na semana próxima, porque também temos que pedir instruções a esse respeito nas nossas capitais, é meu caso, pelo menos. Obrigado.

PRESIDENTE. Gostaria de esclarecer à Representação do México que está claro que a Presidência não está retrasando resolver esse tema, mas há opiniões diferentes nas Representações que impediram até agora chegar a um acordo, por exemplo, neste momento há uma proposta da Representação do México de que não seja separado, de nenhuma forma, o ponto II. de I., de que é um todo que deve ser resolvido em conjunto, por outro lado, algumas Representações propuseram que o capítulo I. passasse diretamente aos Grupos de Trabalho e comecem a trabalhar com base neste programa de trabalho, significa que não há consenso sobre como proceder em diante.

Por outro lado, está a proposta concreta de duas Representações de que o ponto II. deste programa de trabalho de nenhuma forma seja tratado no grupo de Alternos, mas que seja tratado pelo Comitê ou, talvez, uma reunião de Chefes, mas em uma reunião do máximo nível possível na ALADI.

Nesses momentos realmente estou tentando encontrar uma saída do tipo da que estava sendo proposta pela Representação da Argentina. Tenho a sensação de que devemos encontrar uma solução que implique que os Grupos de Trabalho comecem a trabalhar com base em um programa de trabalho que esteja, pelo menos, acordado em termos gerais, e que eventualmente uma reunião de Alternos seja convocada o mais rápido possível, seja esta tarde ou amanhã, faça os ajustes pertinentes de toda a parte I. e convocar uma reunião do Comitê de Representantes ou de Chefes de Representação para tratar o ponto II. deste programa de trabalho. Não sei se estariam de acordo com esse tipo de solução.

Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Presidente, é muito pedir uma reunião posterior, agora não estamos em condições de aprovar um documento que recebemos ontem à noite. Não podemos aprovar algo que chegou ontem à noite, segundo nossas normas de procedimento, devemos ter os documentos pelo menos com dois dias de antecipação, por favor. Incorporamos várias coisas à primeira parte e minhas autoridades não viram. Peço-lhe de diferentes formas e creio que não é muito pedir um pouco de tempo, Presidente. O Embaixador do Brasil pediu consultar sobre o tema.

O senhor não pode tomar a metade do documento e aprová-lo e deixar a outra metade, porque o senhor sabe muito bem que se o enviar a não sei quantos meses, então, não quero parecer impertinente, sobretudo quando é meu último dia de trabalho aqui, mas creio que a maioria das autoridades não viram isto, há coisas aqui que são importantes de estudar, e não apenas na parte I., na parte II. Entendo as dificuldades mas posso esperar que a Delegação do Brasil receba instruções nas que pode incorporar os temas de uma ou outra forma, redigidos de forma de arrumar o solicitado pela Delegação do Brasil e isso leva um pouco de tempo, mas pouco, não necessitamos retrasar todo o tempo do mundo mas precisamos tempo, por favor. Realmente peço tempo, por favor. Não sei realmente mais o que dizer. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Marcelo Eliseo Scappini). Tenho a impressão de que o Presidente não está propondo aprovar neste momento nada, se me permitir, Presidente, considero que o Presidente tinha sugerido uma metodologia de trabalho que estava voltada a aprovar, até em conjunto o programa na semana próxima e tentando entender os aspectos metodológicos, são importantes porque estamos um pouco confundidos talvez. Creio que foi proposto no Comitê o programa de trabalho durante a semana próxima.

O programa de trabalho tem duas partes, a parte I. que precisa alguns ajustes, porque em geral existem acordos sobre os textos, mas essa parte I. será analisada previamente pelos Alternos, que encaminharão isso ao Comitê, e a parte II. será tratada no Comitê, suponho na mesma reunião na qual será tratada a parte I., ou seja, estamos falando de uma aprovação do documento em seu conjunto, com uma análise prévio, com metodologias diferentes, por passos diferentes.

Certamente, como o México e o Brasil manifestaram, também o Paraguai precisa fazer consultas com a capital sobre o documento, então, não sei se este procedimento descrito reflete a metodologia de trabalho sugerida pelo Presidente e se assim fosse, então, a trabalhar, convoquemos Alternos para esta tarde ou para amanhã, fixemos Comitê para a quinta-feira próxima e tratemos o tema em seu conjunto, novamente.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Não quero ser odioso, menos no dia em que Perla vai embora, mas mudou o eixo do discurso. Inicialmente manifestou o tema do parágrafo, a segunda parte, íamos ter a discussão sobre isso, agora o problema já não é a segunda parte mas é um problema de tempos e questionamos a primeira parte também, sempre há direito de rever posições, de modificar pontos de vista etc, não creio naqueles que opinam que retificar-se é um erro, um horror, ao contrário o erro é não retificar-se quando percebemos que estamos em um erro.

Também tenho divergências porque aqui não estamos negociando um papel onde nos estamos dando uma coisa aqui e outra lá, um documento em todos os foros internacionais, sim é verdade, quando estamos negociando determinado tipo de coisas, quando estamos negociando um programa de trabalho que um é de curto prazo e outro de médio e longo prazo parece que não deveria ter objeções para aprovar primeiro uma coisa e depois a outra, estamos falando de curto prazo, médio e longo prazo.

Está claro, Presidente, que não estamos em condições hoje de avançar nesse tema, está claro que todos necessitamos consultas para referir-nos ao ponto II. pelo menos.

Em conseqüência, eu diria não 7 dias, não quinta-feira próxima porque não há tempo, não há tempo para as consultas e ter as respostas até quinta-feira da semana próxima, então, façamos isto segunda-feira ou terça-feira da próxima semana, o Brasil pediu 10 dias, creio que é o prazo razoável, isso dá a oportunidade além de ver o que pensa o novo Representante do México, em agosto chega? Não vamos demorar tanto, então, a Alternata Dora Rodríguez assumirá a Representação para ver em 10 dias o que diz.

Creio, com franqueza, que as limitações que apresentamos estão claras, isto é, em conseqüência para terminar isto, porque são 12h10m e temos outra reunião. Proponho que hoje não ao Grupo de Alternos porque se fizermos a reunião do Comitê em 10 dias, não faz sentido sacrificar hoje os Alternos, dito isso Presidente, para encerrar este tema, creio que devemos aceitar que não estamos em condições de encerrar isto hoje o que não impede que os Grupos de Trabalho continuem avançando em todos os temas e depois em algum momento os Grupos de Trabalho terão um papel onde conste que os senhores realizaram a tarefa que falávamos que tinham que fazer, isso se sugere, Presidente, obrigado.

PRESIDENTE. Agradeço ao Paraguai a tradução do que eu tinha tentado apresentar, mas creio que a solução é uma Reunião de Alternos para considerar a parte I. do programa de trabalho e uma reunião do Comitê, eu tinha pensado hoje Comitê ou Chefes, mas vejo que as Representações decidiram que seja pelo Comitê, a realizar-se na semana próxima,

proporia que fosse terça-feira da semana próxima e uma Reunião de Alternos na semana próxima, que poderia provisoriamente, para dar mais tempo para considerar os assuntos, ser convocada para a quinta-feira da semana próxima, para considerar a parte I. do programa e a parte II. seria considerada em uma reunião do Comitê em conjunto com o que vier dos Alternos no dia...

A Representação de Cuba tem a palavra.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Pediria, se possível, que fosse a sexta-feira 27, porque 26 de julho é um dia de comemoração nacional nosso e teremos uma série de atividades, então se pudesse...

Representação do PERU (Max de la Fuente Prem). Desculpe, Presidente, dia 27 é o dia nacional do Peru, pelo que esse dia não poderíamos.

PRESIDENTE. Então, ainda temos segunda-feira 23, se não estiver levando tempo demais, estaríamos de acordo em que fosse segunda-feira 23, com isso está solucionado o tema, resolvemos que a Reunião de Alternos fosse na semana próxima, quinta-feira 19, fica terminado esse ponto da Ordem do Dia e passamos ao ponto 6.

6. Encontro para a análise dos Estudos de Consultoria relacionados com o Espaço de Livre Comércio

...Conforme anunciado pelo Secretário-Geral na Reunião de Chefes mencionada, nessa sessão foi distribuído um documento com os antecedentes, os objetivos e o temário desse Encontro para a análise dos Estudos de Consultoria relacionados com o Espaço de Livre Comércio realizado no âmbito dos Acordos de Cooperação entre a ALADI e o BID.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Muito obrigado, Presidente. Sobre esse tema os senhores têm na pasta o Doc. Inf. 844, que surge a pedido deste Comitê no entendimento de que era necessário contar com termos de referência do que seria este evento proposto pelo Secretário-Geral com vistas a facilitar os estudos e análise que faria este Comitê para a preparação do Conselho de Ministros.

Nesse contexto apresentamos esse documento datado em 9 de julho, que detalha com bastante profundidade os diferentes temas aos que se tinha feito referência conhecer como, por exemplo, assinalamos que a Cooperação do BID prevê precisamente a realização de uma reunião técnica para que os Consultores apresentem, exponham seus estudos e particularmente no que tem a ver com as recomendações para que esse trabalho pudesse ter uma utilidade no processo de preparação da convocação do Conselho de Ministros.

No documento também assinalamos que este encontro técnico poria seu foco de atenção na temática priorizada pelos Altos Funcionários relacionada com o processo de conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio.

Pensamos, ainda, que nessa oportunidade seriam considerados outros estudos realizados dentro da cooperação do BID em uma anterior cooperação onde foram realizados estudos relacionados com origem, salvaguardas e solução de controvérsias como os senhores conhecem.

Quanto aos participantes tínhamos mencionado que estaria conformada por funcionários de alto nível relacionados com a política de integração de seus países, os

especialistas consultores, os membros das Representações e os técnicos da Secretaria-Geral. Pensamos que dessa análise conjunta dos especialistas com os órgãos políticos poderíamos obter resultados úteis em relação a idéias e reflexões que pudessem favorecer, reitero, os trabalhos dos Grupos de Trabalho relacionados com a preparação do Conselho e obviamente do Comitê de Representantes, quanto ao financiamento também assinalamos aqui que estaria a cargo da cooperação do BID, refiro-me ao traslado dos especialistas e dos funcionários de alto nível dos países-membros e o temário estaria no contexto dos diferentes estudos apresentados nas duas cooperações do BID e que constam no anexo I desse documento.

Em relação ao programa que sugerimos, está no anexo II, página 4, isso seria, Presidente, caso requeiram algum esclarecimento a mais podemos fazê-lo.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México, depois Cuba.

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Muito obrigada, Presidente. Por seu intermédio agradeço à Secretaria por ter apresentado os termos de referência desse encontro, que creio que deveríamos analisar em alguma instância, não sei, na que o senhor diga, Presidente. Talvez não sei se em algum Grupo de Trabalho ou os Alternos, mas é também a primeira vez que vemos os termos de referência e seria bom tê-los para consideração, obrigada.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Igualmente para agradecer a apresentação da Secretaria desse documento e lembrar que na anterior reunião do Comitê chegamos, creio, ao consenso de que os termos de referência deviam ser avaliados e aprovados pelo Grupo de Trabalho de Acesso a Mercados. Creio que foi o que analisamos? Se não foi assim, desculpo-me, mas creio que deve ser analisado em uma instância anterior ao Comitê quanto à própria Organização deste encontro ao conteúdo, temos alguns critérios sobre a preparação da reunião desse encontro, sobre a participação de especialistas que considero que seria melhor analisá-lo de forma técnica talvez no Grupo de Alternos antes de ser aprovado pelo Comitê, obrigada.

PRESIDENTE. Não sei se há outra opinião com relação a esse Encontro. A Representação da Argentina tem a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Creio que o Encontro é útil, isto foi muito debatido, creio que o Encontro é útil e foi debatido, tanto foi debatido, Embaixadora, que na semana passada quando se falou de um Seminário a senhora objetou o tema do Seminário, então, foi discutido se não a senhora não tivesse podido objetar isso. Não foram discutidos os termos de referência que encaminhamos ao Grupo de Trabalho.

PRESIDENTE. Eu sugeriria que, visto que teremos uma reunião de Alternos na semana próxima, que fosse tratado nessa Reunião e solucionamos o tema.

Creio que todos estamos de acordo com isso. Passamos ao ponto 7.

7. Convocação e agenda da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros

...Na reunião de Chefes de Representação que tivemos, tínhamos definido, em princípio, a data mas tínhamos que fazer a convocação e a agenda provisória da próxima reunião do Conselho de Ministros e a Secretaria-Geral tinha ficado em preparar um projeto de Resolução para formalizar tal convocação, os senhores têm isso na pasta, é o documento ALADI/CR/PR 237, que foi distribuído a todas as Representações.

Está para a consideração das Representações. A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Jorge Luís Jure). Obrigado, Presidente. Simplesmente para agradecer este projeto, manifestar que coincide com as convocações das reuniões de Conselhos de Ministros precedentes que incluem os temas genéricos que deve ter a agenda provisória e proponho que seja aprovada esta resolução sem maiores dilações visto que devemos formalizar a convocação quanto antes. Nada mais, obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Uruguai. Não havendo observações...

Representação do MÉXICO (Perla Carvalho Soto). Obrigada, Embaixador. Muito lindo e muito querido também igual que a Argentina, queria simplesmente uma precisão no ponto 6., que é a consideração dos projetos submetidos à aprovação do Conselho, aqui estamos fazendo referência aos projetos de Resolução? Ou a algum outro tipo de projeto?

PRESIDENTE. Sim aos projetos de Resolução. Creio que podemos dizer que estando todos de acordo, aprova-se a convocação e a agenda, a mesma registra-se sob o Nº 317.

“RESOLUÇÃO 317

CONVOCAÇÃO E AGENDA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA os Artigos 31, 32 e 35 do Tratado de Montevideu 1980 e as Resoluções 59, 60 e 61 (XIII) do Conselho de Ministros,

RESOLVE:

PRIMEIRO. Convocar o Conselho de Ministros das Relações Exteriores para realizar sua Décima Quarta Reunião na sede da Associação no dia 16 de novembro de 2007.

SEGUNDO. Propor ao Conselho de Ministros das Relações Exteriores a seguinte agenda provisória:

- 1.
2. Instalação do Conselho de Ministros.
3. Eleição das autoridades.
4. Aprovação da agenda.
5. Relatório do Presidente do Comitê de Representantes.
6. Relatório do Secretário-Geral.
7. Consideração dos projetos submetidos à aprovação do Conselho.
8. Eleição do Secretário-Geral.
9. Assuntos Diversos.
10. Aprovação e assinatura da Ata da Reunião.”

... Neste momento e como tinha sido solicitado no início da sessão quando consideramos a agenda de hoje, ofereceria a palavra à Representante da Colômbia para apresentar o ponto 8 da agenda.

8. Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Felizmente este ponto será breve pelo que o documento do Relatório da Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas está nas pastas dos senhores sob o Nº 2482.

Em 4 de julho nos reunimos com todos os Delegados das Representações e a Secretaria-Geral, a sessão realizou-se sem nada especial ou diferente, revisamos os três documentos ALADI/SEC/di 2080, 2081 e 2082 respectivos a Execução Orçamentária, Situação Financeira da Associação e Cumprimento do Programa de Atividades da Associação.

Foram tomadas as anotações ou as recomendações das diferentes Representações, nenhuma de maior impacto mas todas sempre tendentes a ajustar e projetar com clareza os relatórios financeiros, a Secretaria-Geral apresentou os relatórios solicitados em sessão anterior, por exemplo, as informações da execução financeira acumulada ao mês de junho dos convênios do BID e aos detalhes que solicitamos para refletir no programa por atividades a conciliação de gastos acumulados do quadro de pessoal relacionado com cada atividade.

Depois da revisão dos três documentos a Comissão de Orçamento deu por aprovados os relatórios correspondentes ao mês de maio, isso é tudo, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representante da Colômbia, Presidenta da Comissão de Orçamento por Programas.

Se ninguém quiser fazer menção do Relatório, passamos ao último ponto da Ordem do Dia.

9. Assuntos diversos

... Oferece-se a palavra.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Simplesmente para antecipar, ontem tivemos uma reunião do Grupo de Trabalho de Forças Produtivas onde foram aprovadas no Grupo a convocação e a agenda das reuniões do Conselho Assessor Empresarial e do Conselho Assessor Trabalhista que na tarde de hoje a Secretaria distribuirá, simplesmente anuncio porque a intenção seria que isto fosse aprovado no próximo Comitê para o que estou pedindo que seja incorporado no temário do próximo Comitê e que já as Representações tiveram a oportunidade de fazer suas consultas correspondentes considerando que o anunciamos hoje para ser tratado em 23 de julho, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina. Não havendo nenhum outro ponto a ser considerado em Outros Assuntos daríamos por terminada esta sessão e teremos um breve intervalo, que eu diria breve demais e passaríamos à Sessão Extraordinária para a despedida da Embaixadora Perla Carvalho.

Encerra-se a sessão.

Comitê de Representantes. Sessão Nº 969. 12 de julho de 2007.

A Representação da República Bolivariana da Venezuela tem um conjunto de comentários sobre o Relatório Final da Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração.

Na reunião a nossa Representação distribuiu um documento que faz parte do Relatório Final da Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração, mediante o qual nosso país manifestou a necessidade de debater sobre a vigência do Tratado de Montevideu 1980 (TM 80). A Venezuela ratifica sua posição de velar e não abandonar os princípios fundamentais da ALADI, como o pluralismo, a convergência, flexibilidade, tratamentos diferenciados e assumir ser múltiplo, diverso. Adicionalmente, resgato a manifestação da nossa Representação na XIII Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, de outubro de 2004, onde foi denunciada a possibilidade de que pela via dos fatos a ALADI esteja sendo influenciada pela dinâmica e os temas da OMC. Inclusive, estamos pensando em que esse documento possa ser insumo para a discussão dos Chanceleres no próximo Conselho de Ministros.

Em relação aos temas mais específicos:

- ✓ Em relação ao tema de Acesso a Mercados, a Venezuela não teve nunca a certeza da necessidade de criar este grupo de trabalho no âmbito do Comitê. Não porque considerasse que a temática não fosse importante para o processo de integração, mas consideramos que as diferentes alternativas de convergência e aprofundamento para a ampliação do mercado na ALADI, a definição do alcance do ELC e a construção das bases para a multilateralização do resto dos temas implicam um processo de amadurecimento que não conseguimos homoganeamente todos os países. Pensamos que a decisão para a conformação deste grupo teve que estar inicialmente em mãos dos Chanceleres, mas visto o debate da reunião e as discussões posteriores, e a potencial maioria para que fosse criado o Grupo, consideramos que para a dinâmica do mesmo deve ser respeitada a possibilidade de que cada país possa continuar estabelecendo soberanamente acordos bilaterais, plurilaterais ou regionais de acordo com seus interesses.
- ✓ Quanto ao tema de Normas e Disciplinas e à recomendação dos Altos Funcionários, cremos que o primeiro que deve fazer é definir qual o alcance da “atualização” da Resolução 252. Primeiro, deve identificar-se detalhadamente quais aspectos da Resolução 252 quer se modificar e como, para depois submeter à consideração dos países a “atualização” para ver se for conveniente. Igualmente deve-se deixar a potestade de cada Estado tratar esse tema de forma bilateral, plurilateral ou multilateral.
Quanto à certificação digital deve-se estar consciente de que é necessário avaliar se conta-se com a plataforma tecnológica para provar esse projeto piloto.
- ✓ Em relação ao tema de Salvaguarda: nossa posição é igual à manifestada com Origem, isto é, o primeiro que deve definir é qual seria o alcance da “atualização” da Resolução 70. Primeiro, deve-se identificar detalhadamente quais aspectos da Resolução 70 quer se modificar e como, para depois submeter à consideração dos países a “atualização” para ver se é conveniente. Não se pode estabelecer um mandato de modificação sem saber o alcance nem o sentido dessa modificação. Igualmente, deve-se deixar a potestade de cada Estado tratar esse tema de forma bilateral, plurilateral ou multilateral.
- ✓ Quanto a Solução de Controvérsias: esperamos que seja examinada a proposta Argentina e caso seja aprovada sua criação, deve ser levado em conta que se o mesmo

incluir a possibilidade de uma instância arbitral a ser aplicada de forma supletória deve ser manifestado que para este mecanismo não aplicarão controvérsias geradas antes da aprovação desse instrumento. Isto é, não seria um instrumento retroativo. Igualmente, deve-se deixar a potestade de cada Estado tratar esse tema de forma bilateral, plurilateral ou multilateral.

- ✓ Quanto às Medidas Sanitárias e Fitossanitárias: Sugere-se continuar trabalhando no tema.
- ✓ Quanto a Normas Técnicas: se for convocada a Comissão Administradora deve ser manifestada a incongruência entre o que consta no TM80 sobre a não utilização do Princípio de Nação Mais Favorecida e a referência que faz este Acordo ao da Organização Mundial do Comércio onde se deixa expressa a aplicação desse princípio.
- ✓ Em relação a Cooperação e Facilitação Aduaneira: pode-se solicitar recomendações ao Conselho Assessor inicialmente, para a cooperação e o trabalho na área sem estabelecer nenhum compromisso sobre as mesmas.

CONSIDERAÇÃO FINAL:

Com relação à Análise dos trabalhos sobre os demais temas e matéria compreendidos nas Resoluções 59, 60 e 61, não priorizadas na primeira reunião, ratificamos a posição da República Bolivariana da Venezuela manifestada na XIII Reunião de Ministros das Relações Exteriores, na Primeira e Segunda Reuniões de Altos Funcionários Responsáveis pelas Políticas de Integração.
